**Manifesto contra o caráter produtivista do edital para contratação de professores; contra a lei 12.772/2012 que precariza a carreira docente no ensino superior publico**

Mais uma vez o governo federal ataca os interesses dos estudantes e dos trabalhadores das universidades federais no pais, assim como vem ocorrendo nas duas últimas décadas com a consolidação de um projeto de universidade subjulgado aos interesses mercadológicos privatistas, com uma reestruturação produtivista, não comprometida com a graduação, tão pouco de participar das resoluções das reais demandas do povo brasileiro.

 Alinhado a isso, o governo federal vem impondo as universidades publicas uma série de projetos para consolidar esta reestruturação, como é o caso do projeto reuni criado em 2007, que vem fazendo uma política de expansão precarizada, tanto no ensino como na permanência estudantil, bem como na sobrecarga de trabalho aos funcionários que a universidade já tinha, aliado a falta de contratação de professores e técnicos administrativos equitativos a demanda histórica pré-REUNE e nossa demanda atual pós-reuni.

Não sendo suficiente isso, ao apagar das luzes de 2012, foi publicada a lei 12.772/2012 que reestrutura a carreira docente, intensificando a desestruturação do plano de carreira dos professores. Tanto para os novos, que a partir desta lei ingressaram todas na classe de Professor Assistente I, assim como ataca os aposentados, propondo uma folha de pagamento que se desmancha ao se aposentar.

Um dos desdobramentos dessa lei na UFSC, iniciou no cun do dia 29 de janeiro, na elaboração da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 31/CUn, onde estabeleceu as normas para o ingresso de 205 professores na carreira do magistério superior, onde metade destes já estão destinados aos 3 campi fora de Florianópolis.

Se aprovou uma resolução que supervaloriza a prova de Titulos em detrimento de outros requisitos que compõem a avaliação para a contratação de professores, como a prova de didática equivalente a 25% da nota final, fica subvalorizada diante do quesito de títulos, entrevista, provas escritas e projeto. Além do não atendimento das reivindicações estudantis de participação efetiva neste processo. Dado o fato do conservadorismo característico da composição do CUN, esta resolução foi aprovada com votos favoráveis tanto de professores, diretores de centro, assim como de membros da gestão central.

Esta carta debatida em uma reunião ampla, se manifesta contra o edital aprovado para a contratação de professores nestes termos, entendendo o mesmo como um ataque a qualidade de ensino principalmente dos estudantes de graduação. Compreendemos também que a posição tomada no cun endossou a lógica produtivista imposta pelas fontes de fomento a pesquisa que acabam por sobrecarregar os professores, de modo a sempre secundarizar papel enquanto educadores, quanto a pratica de extensão.

Fica claro que esta posição conservadora esta arraigada no pensamento docente, onde a graduação e a categoria estudantil são constantemente secundarizados. Por isso, defenderemos sempre o protagonismo estudantil nas decisões sobres os rumos da universidade em todas as frentes.

Não há universidade sem estudantes, por isso ela tem de ser construída conosco e não somente para nós.

Para finalizar, não podemos deixar de fazer a denuncia contra a ação irresponsável de todos que colocaram em risco o prazo para o já mencionado edital do de 205 professores. Onde de forma consciente e organizada diversas pessoas -coincidentemente do grupo de oposição a atual gestão e que são os mesmos que comandaram esta universidade por 50 anos- se posicionaram contra a normatização da UFSC a Lei federal 12.772/2012 .

Importante explicar que caso a universidade não se adequasse a lei estaríamos aprovando um edital sem base jurídica legal, abrindo assim precedente para uma enxurrada de ..... . Colocando em risco o edital e o atraso da contratação dos emergenciais professores efetivos.

O movimento estudantil se colocara sempre contra a baixa política de criar através de intrigas factuais em detrimento do desgaste e boicote da atual gestão central.

Conselheiro Universitarios:Igor Dias;

Centros Academicos